

## COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2011

Lauro Francisco Mattei<sup>12</sup>  
Bruna Boni Lavratti<sup>13</sup>  
Rayana de Azevedo Peled<sup>14</sup>

**Resumo:** O final do século XX foi marcado por mudanças estruturais, tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, aspectos que caracterizaram a fase conhecida como o “período de globalização”. As empresas sob a égide da globalização e do receituário neoliberal passaram a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível como forma de reduzir custos. No Brasil, as políticas adotadas a partir da década de 1990 visavam incorporar a economia nacional neste cenário global de mudanças. Todavia, essas tendências começaram a ser revertidas desde a desvalorização do Real em 1999, quando se observa que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho. No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas na esfera social, com a reestruturação das políticas de emprego e ampliação dos programas sociais voltados ao combate da pobreza. Este artigo analisou as modificações que ocorreram no mercado de trabalho de Santa Catarina no período entre 2001 e 2011. Observou-se que a população economicamente ativa (PEA) ocupada cresceu a uma taxa de 1,9% ao ano entre 2001 e 2011. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense, ocasionando uma queda taxa de desemprego aberto. Observou-se também uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens, tendência que também vem sendo verificada no âmbito do país.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho; Santa Catarina; população economicamente ativa

---

<sup>12</sup> - Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

<sup>13</sup> - Estudante de Economia da UFSC. Email: bruna.economista@gmail.com

<sup>14</sup> - Estudante de Economia da UFSC. Email: rayanapeled@gmail.com

## BEHAVIOR OF LABOR MARKET IN SANTA CATARINA BETWEEN 2001 AND 2011

**Abstract:** The final of the XX century was pronounced by structural changes, like the third technological revolution, the markets deregulation, and the open economy, which of them characterize the new capitalism phase known as “globalization period”. Under the globalization and neoliberal prescriptions, the enterprises start to search a labor relation system more flexible as a way to reduce costs. In Brazil, the policies adopted from the 1990 decade aimed to incorporate the national economy on this context in the global scenario. However, those trends started to be reversed since the Real depreciation in 1999, when the informal jobs stopped to grown, giving place to an employment formalization process. Under the Lula government, the results intensified due to priorities on social sphere, with the restructuration of employment policies and enlargement of social programs against poverty. This paper analyzed the structural changes that occurred in Santa Catarina’s labor market in the period between 2001 and 2011. It can be observed that the PEA (economically active population) occupied grew at a rate of 1,9% per year, between 2001 and 2011. In this scenario, the unemployment level dropped in this period. It is also observed that the woman increased her participation in the labor market, comparatively to men, a trend that has been verified in country also.

**Key-words:** labor market; Santa Catarina State; economically active population.

## INTRODUÇÃO

As mudanças políticas e econômicas que atingiram o final do século passado colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização, cujas marcas foram a reestruturação produtiva, a liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, com impactos visíveis sobre o mundo do trabalho.

Sob a égide deste processo geral, observam-se profundas transformações no mercado de trabalho, as quais foram tão intensas que, segundo Antunes (1997), se pode afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só a sua materialidade, mas produzindo profundas repercussões na subjetividade e na forma de ser da mesma.

Em parte, esse processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que o mesmo acelera as transformações qualitativas do trabalho (alterações nas qualificações, na organização e na divisão técnica do trabalho) e a própria distribuição setorial do emprego, em função da expansão e/ou declínio das atividades econômicas. Assim, o conjunto de inovações difundidas nas últimas décadas afeta a qualidade do trabalho, destruindo velhas formas de organização e introduzindo novos tipos de articulação entre trabalho e capital. Neste novo cenário é que a questão do emprego e do desemprego passa a ter maior relevância em todo o mundo.

Desta forma, “percebe-se a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho, com dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra (...), pois os países periféricos, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações transnacionais e seguindo os programas das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, ampliando a jornada de trabalho e criando contratos de trabalho especiais) e a própria desregulamentação do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2001:31).

Nesta lógica, segundo Mattoso (1999), os países que adotaram estratégias de inserção passiva e subordinada no mercado mundial pagam um duplo preço. Por um lado, se submetem aos novos mecanismos de extração do excedente por parte do grande capital internacional e, por outro, debilitam a produção e o próprio emprego nacional, ao colocar o trabalho em condições de desestruturação e anomalia intensas. No caso específico do Brasil, verifica-se que sua inserção nesta nova divisão internacional do trabalho vem ocorrendo de forma

passiva, a partir da incorporação retardatária dos avanços técnicos e organizacionais inerentes ao novo padrão produtivo.

Dentre as principais mudanças na economia brasileira destacam-se a rápida abertura comercial iniciada no final da década de 1980 e início dos anos 1990 que, aliada aos sucessivos programas de estabilização, deu início ao processo de reestruturação produtiva. A década das reformas experimentou mudanças no papel do Estado, a partir da privatização de empresas estatais, além da estabilização monetária. Os ajustes nas empresas também geraram impactos negativos sobre o mundo do trabalho, como o aumento considerável do desemprego, das ocupações precárias e não regulamentadas e da expansão da informalidade.

Este cenário adverso da última década do século XX foi revertido no início do século XXI com crescimento econômico e, conseqüentemente, forte expansão do emprego, especialmente daqueles postos de trabalho com relações formalizadas. É neste cenário que se insere o estado de Santa Catarina, mesmo apresentando algumas especificidades. É expressiva a presença de pequenas e médias empresas em Santa Catarina, conformando uma estrutura setorial diversificada que promove um forte dinamismo econômico.

Neste sentido, o texto busca interpretar o comportamento do mercado de trabalho catarinense entre 2001 e 2011, à luz das principais mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho do país. Além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. A primeira delas faz uma breve revisão bibliográfica sobre o assunto nas últimas décadas, destacando as principais mudanças em curso. A segunda seção analisa de forma global o comportamento do mercado de trabalho catarinense, destacando a dinâmica da população economicamente ativa catarinense; a condição de atividade e situação de domicílio segundo sexo; e os ramos de atividade econômica. A terceira e última seção apresenta as considerações finais do trabalho, momento em que se destacam as principais características e tendências do mercado de trabalho em Santa Catarina.

## **I – O MUNDO DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, transformações estas caracterizadas como o período de globalização econômica. A mudança do modo de produção aliado a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a

desregulamentação dos mercados, abertura comercial, a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visa reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção flexível tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões de desenvolvimento desigual, isso pode se observar tanto entre os setores como também entre as regiões geográficas, segundo Harvey (1992) isso cria um grande movimento no emprego no setor de serviços. Do ponto de vista do trabalhador nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina-um trabalhador e passa a operar várias máquinas, há uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A Terceira Revolução Tecnológica foi desencadeada pelo Japão, sendo que a reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as características desse novo modo de produção. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, pág. 34).

Os programas de reformas macroeconômicas, realizadas nos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

A globalização econômica, amparada pelo neoliberalismo, significa também um processo de interligação das economias possibilitando uma internacionalização destas. O fluxo comercial e de informações entre os mercados vai ser, em muitos casos, acelerado pelas constantes inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informática que possibilitam maior mobilidade do capital produtivo, comercial e financeiro.

Com o processo de globalização, houve uma reestruturação produtiva das empresas transacionais que gerou uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais, através do deslocamento de plantas industriais para países onde os custos são menores, trouxe benefícios a estes países, no entanto, ainda que o governo dê subsídios a essas transnacionais, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam mais subsídios e mão-de-obra mais barata. Por outro lado, as transnacionais provocam uma concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É fato que o sistema capitalista gera desigualdades, essas desigualdades percorrem também o mundo do trabalho e impactam na sua distribuição. Para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e de mobilidade da mão-de-obra, esses fatores podem explicar o motivo de uns países serem mais ricos que outros. Outra concepção da distribuição espacial do trabalho é a de repartição própria da lógica capitalista, onde a economia mundial está dividida em classes e há uma hierarquização das economias, a Divisão Internacional do Trabalho seria obra dessa desigual distribuição de poder no mundo (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, é onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro e dependente de sua tecnologia, financiamento e crédito. Mais tarde foi criado o conceito de semiperiferia, que não é tão subordinada como a periferia e não tem tanto poder como o centro, é um meio termo.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje, onde de um lado os países semiperiféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia,

mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras e de outro os países centro onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, portanto, os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos vários grupos de países.

As mudanças estruturais ocorridas no mundo vão se refletir no Brasil, portanto o processo de reestruturação produtiva brasileira ocorrerá à luz da reestruturação produtiva ocorrida no mundo. Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção, todavia a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo, esta perda pode ser explicada pelos efeitos que sofreu com a globalização e com as políticas macroeconômicas adotadas nesta época.

Segundo Mattei (2012), “a crise da economia [...] abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil.” As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, abertura comercial no Governo Collor, que intensificou a concorrência impulsionando a reestruturação das empresas nacionais, que se seguiu no Governo FHC, com a privatização das empresas estatais. Essas políticas econômicas visavam colocar o país no prumo da globalização e da reestruturação produtiva iniciada nos países desenvolvidos.

Com a abertura econômica as importações aumentaram, impactando negativamente sobre as indústrias nascentes que não estavam preparadas para a concorrência internacional. A partir deste período houve também uma reformulação das funções do Estado. Estes fatores de ordem política e econômica contribuíram para a redução dos empregos em geral, inclusive dos postos qualificados, o que significou um retrocesso no desenvolvimento do país. A partir da década de 1980 “observa-se um crescimento da taxa de desemprego, ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra” (IPEA, 2006a, p.401).

No Brasil, a reestruturação produtiva chegou apenas nos anos 1990, década marcada pela hiperinflação e pela instabilidade econômica. Com o intuito de resolver tais problemas, o Governo Collor vai implantar o Plano Collor I o qual é fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. No entanto, ao invés de resolver os problemas, promoveu uma recessão econômica e ainda enfraqueceu a indústria nascente, que não estava preparada para a concorrência internacional provocada pela abertura econômica.

No final de 1991 o governo aplica um choque monetário e creditício, o que fez com que os juros se elevassem, diminuindo ainda mais, o investimento e o PIB brasileiro, que voltaram a crescer em 1993 quando a taxa de juros caiu. O desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não reduziu, em 1993, com o aumento do PIB. Em toda essa década a geração de emprego não respondeu ao crescimento do PIB do país, a explicação para tal evento, segundo Cardoso (2004), é a abertura econômica e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial.

Ao longo da década de 1990 foi se reduzindo as tarifas às importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados, isso impactou negativamente na capacidade de geração de emprego. Após 1994, com o Plano Real, esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial, a partir deste ano o Brasil teve constantes déficits comerciais, o saldo da balança comercial só voltou a ser positivo no ano de 2001, sendo que o real já estava sofrendo desvalorização cambial desde 1999, desestimulando as importações frente às exportações.

A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica das indústrias no Brasil e, por consequência, para os ganhos de produtividade, esse também é um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra.

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, mas voltaram a empregar depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de



crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. Este governo também deu início ao processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país, esse processo se deu devido ao receituário neoliberal que adotaram os governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado.

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores por conta-alheia que foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010).

Depois de 1999, as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais” (PRONI, 2011, pág. 22).

## II - O COMPORTAMENTO GERAL DO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE ENTRE 2001 E 2011

### 2.1 – A dinâmica da população economicamente ativa e das categorias ocupacionais

O estado de Santa Catarina, contando com uma estrutura produtiva diversificada e com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial, descentralizada e possuidora de um grau de formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional e, mais recentemente, o processo de expansão das atividades econômicas bem como dos níveis de emprego.

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2001 e 2011, a tabela 1 apresenta algumas informações gerais.

**Tabela 1:** Evolução da PIA, PNEA, PEA e condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
Brasil	PIA	138.852	100,0%	166.987	100,0%	1,9%
	PNEA	54.886	39,5%	66.764	40,0%	1,9%
	PEA	83.949	60,5%	100.223	60,0%	1,9%
	PEA	83.949	100,0%	100.223	100,0%	1,9%
	Ocupada	76.102	90,7%	93.493	93,3%	2,2%
	desocupada	7.848	9,3%	6.730	6,7%	-1,4%
Santa Catarina	PIA	4.627	100,0%	5.609	100,0%	2,0%
	PNEA	1.641	35,5%	2.100	37,4%	2,3%
	PEA	2.985	64,5%	3.509	62,6%	1,9%
	PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
	Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
	desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%

Fonte: IBGE/PNAD.

Desde 2001 Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria dos estados brasileiros no que se refere ao mercado de trabalho, pois 64,5% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Este percentual está acima da média do país, que em 2001 possuía 60,5% das pessoas em idade ativa trabalhando ou procurando emprego. No entanto, ao longo do período considerado é possível perceber uma pequena mudança no

estado de Santa Catarina, uma vez que a proporção de pessoas em idade ativa que ficaram fora do mercado de trabalho aumentou em quase 2 pontos percentuais.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,8% da PEA ocupada, o que correspondia a 2.861 mil trabalhadores ocupados. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, passando para 3.385 mil trabalhadores ocupados. No Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 90,7%, em 2001, para 93,3%, em 2011. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período abordado, enquanto que a do Brasil apresentou um ritmo de crescimento maior, ou seja, de 2,2% ao ano. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011, crescendo a uma taxa média de 0,9% ao ano. Portanto, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto teve uma queda de 0,7 pontos percentuais.

No Brasil a perda de participação relativa dos desocupados sobre a PEA foi mais intensa, uma vez que os desocupados no Brasil tiveram ao longo dos dez anos uma queda substancial de 2,6 pontos percentuais. Com isso, os desocupados passaram a representar apenas 6,7% da PEA brasileira no último ano considerado, o que significou uma taxa negativa de 1,4% ao ano nos dez anos.

A tabela 2 apresenta a posição na ocupação no trabalho principal. Inicialmente percebe-se que os empregados respondiam, no ano de 2011, por 64,9% da PEA catarinense. Em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011. Os empregados e os empregadores, são categorias mais estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente.

Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI ET AL, 2012, pág. 8).

**Tabela 2:** Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
<b>PEA</b>	2.985	100,0%	3.509	100,0%	<b>1,9%</b>
<b>Ocupada</b>	2.861	95,8%	3.385	96,5%	<b>1,9%</b>
<b>Desocupada</b>	125	4,2%	124	3,5%	<b>0,9%</b>
<b>Empregados</b>	1.587	53,2%	2.279	64,9%	<b>3,8%</b>
<b>Trabalhadores domésticos</b>	159	5,3%	162	4,6%	<b>0,4%</b>
<b>Conta própria</b>	564	18,9%	628	17,9%	<b>0,8%</b>
<b>Empregadores</b>	172	5,8%	164	4,7%	<b>1,6%</b>
<b>Trabalhadores na construção para o próprio uso</b>	2	0,1%	2	0,1%	<b>-3,1%</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	94	3,1%	42	1,2%	<b>-5,5%</b>
<b>Não remunerados</b>	283	9,5%	108	3,1%	<b>-7,7%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas modestas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 17,9% da PEA catarinense em 2011, apesar dessa participação ter diminuído ao longo do tempo, pois em 2001 correspondia a 18,9% da PEA. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria. Em grande medida, isso se explica pela expressiva participação do sistema agrícola familiar no estado.

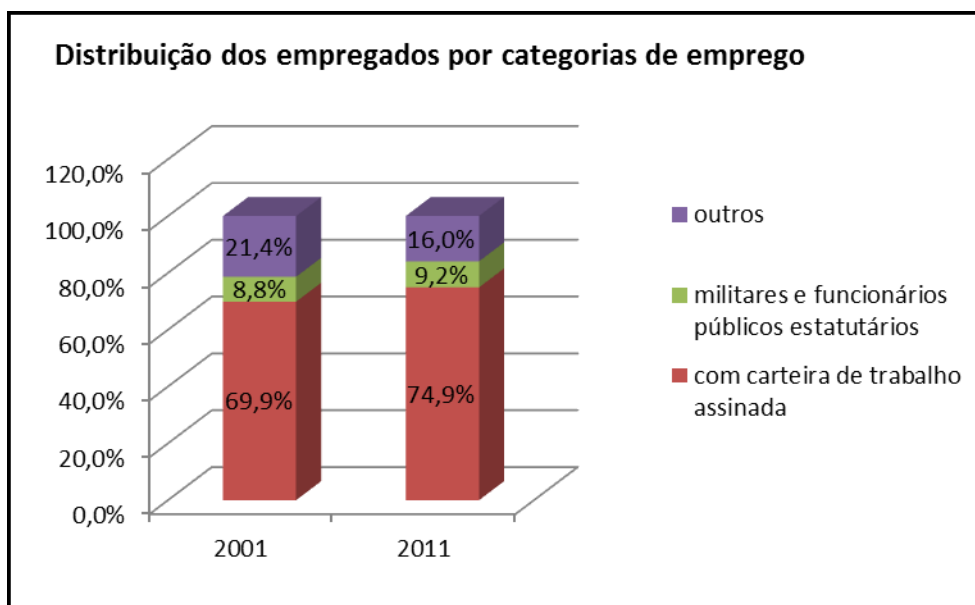
Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de crescimento negativo significativa de 7,7% ao ano, representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 9,5% da PEA, em 2001, para 3,1% da PEA, em 2011. Registre-se que a maioria desses trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas, tanto no Brasil como em Santa Catarina.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação para 1,2% no ano de 2011, o que representou uma taxa de crescimento negativa da ordem de 5,5% ao ano

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, sendo formado aproximadamente 75% por relações de trabalho formalizados. Entre os anos de 2001 e 2011 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas designadas, no gráfico 1, como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, os escravos, entre outras categorias precárias.

Os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação de 69,9%, em 2001, para 74,9%, em 2011. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de 0,4 pontos percentuais. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 21,4% para 16% no período considerado.

**Gráfico 1:** Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

## 2.2 – A Condição de atividade segundo a situação de domicílio e sexo

A tabela 3 apresenta a distribuição da população economicamente ativa segundo a situação de domicílio. A PEA urbana apresentou uma taxa de crescimento anual de 2,6% ao longo do período analisado. Com isso, no ano de 2011 representava aproximadamente 84% da PEA catarinense total. Em sentido inverso, a PEA rural apresentou taxa negativa de 0,9% ao ano, o que reduziu expressivamente sua participação na PEA total no último ano considerado.

Em parte, este movimento está associado à continuidade do movimento de migração para as cidades, tanto para a população economicamente ativa quanto para a não economicamente ativa.

Do ponto de vista da condição de gênero, observam-se movimentos distintos quando se analisam as duas condições domiciliares. No caso da PEA Urbana, nota-se que as mulheres expandiram sua participação, uma vez que enquanto a taxa dos homens foi de 2,3% ao ano, a das mulheres foi de 2,9%, o implicou em um aumento da participação delas na PEA urbana total, que em 2011 situou-se na faixa de 44%. Já no meio rural este movimento é diferente, pois mesmo que homens e mulheres tenham apresentado redução em suas participações na PEA rural total, as mulheres tiveram taxas mais expressivas, ou seja, reduziram em -1,2% ao ano sua presença no trabalho rural. Com isso, a presença de mulheres na PEA rural total caiu de 42%, em 2001, para 39%, em 2011.

**Tabela 3:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

Condição de atividade		Situação do domicílio		2001	%	2011	%	Taxa %
		Sexo						
Economicamente ativa	Total	Total		2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
		Homem		1.727	57,9%	1.998	56,9%	1,7%
	Total	Mulher		1.258	42,1%	1.511	43,1%	2,1%
		Total		2.323	100,0%	2.948	100,0%	2,6%
	Urbana	Homem		1.346	57,9%	1.657	56,2%	2,3%
		Mulher		977	42,1%	1.291	43,8%	2,9%
	Total	Total		662	100,0%	561	100,0%	-1,0%
		Homem		381	57,6%	341	60,8%	-0,9%
	Rural	Mulher		281	42,4%	220	39,2%	-1,2%
		Total		1.641	100,0%	2.100	100,0%	2,3%
Não economicamente ativa	Total	Homem		589	35,9%	771	36,7%	2,9%
		Mulher		1.053	64,2%	1.328	63,2%	1,9%
	Total	Total		1.417	100,0%	1.734	100,0%	1,8%
		Homem		514	36,3%	627	36,2%	2,1%
	Urbana	Mulher		902	63,7%	1.107	63,8%	1,6%
		Total		225	100,0%	366	100,0%	5,4%
	Rural	Homem		74	32,9%	144	39,3%	7,9%
		Mulher		151	67,1%	221	60,4%	4,1%

Fonte: IBGE/PNAD.

Em termos da População Não Economicamente Ativa (PNEA), observa-se que tanto no meio rural como urbano as mulheres são a grande maioria, situando-se nos dois casos na faixa de 60% relativamente aos homens.

Todavia chama atenção a importante diferença entre as situações domiciliares, uma vez que enquanto a PNEA urbana cresceu a uma taxa de 1,8% ao ano no período considerado,

o crescimento da PNEA rural foi de 5,4%, destacando-se, neste caso, a elevada taxa anual dos homens, que se situou em 7,9% ao ano.

### 2.3 – As ocupações segundo os ramos de atividade econômica

A tabela 4 apresenta a distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade, chamando atenção que a série inicia no ano de 2002 porque na PNAD de 2001 estas informações não estão disponíveis.

Em 2002 a agricultura era a atividade com o maior número de ocupados no estado, representando 24% do total. Em 2011 sua participação caiu pela metade, 12% do total, ficando com apenas 403 mil ocupados na atividade. A taxa de queda entre os anos de 2002 a 2011 foi de 4,2% ao ano.

Em sentido oposto, notou-se que a indústria de transformação cresceu a uma taxa de 1,6% ao ano, o que a tornou o ramo com o maior número de ocupados ao final do período considerado. Entretanto, a participação relativa no total de ocupações do estado ficou estagnada ao redor de 21% da PEA ocupada total ao longo de todo o período.

**Tabela 4:** Distribuição e percentual da PEA ocupada , por ramos de atividade (mil pessoas). SC, 2002 e 2011.

Ramos de Atividade	2002	%	2011	%	2002-2011
Total	2.966	100%	3.385	100%	<b>1,4%</b>
Agrícola	712	24%	403	12%	<b>-4,8%</b>
Indústria	649	22%	739	22%	<b>1,6%</b>
Indústria de transformação	632	21%	719	21%	<b>1,6%</b>
Construção	175	6%	266	8%	<b>4,0%</b>
Comércio e reparação	469	16%	645	19%	<b>3,7%</b>
Alojamento e alimentação	82	3%	125	4%	<b>3,3%</b>
Transporte, armazenagem e comunicação	116	4%	174	5%	<b>5,1%</b>
Administração pública	114	4%	174	5%	<b>4,3%</b>
Educação, saúde e serviços sociais	202	7%	295	9%	<b>3,9%</b>
Serviços domésticos	172	6%	162	5%	<b>0,2%</b>
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	91	3%	116	3%	<b>3,3%</b>
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	183	6%	286	8%	<b>4,6%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Desta forma, verifica-se que o setor industrial se manteve proporcionalmente estável no período, porém sem conseguir absorver grande parte dos trabalhadores que saem do setor primário, os quais que acabaram impulsionando diversos ramos de atividades do setor de serviços.

Neste ramo os setores que mais contribuem para a geração de emprego foram as atividades de comércio e reparação e a de educação, saúde e serviços sociais, sendo a primeira com maior expressão. Assim, ao final do período considerado o setor de comércio era responsável por aproximadamente 20% do total de ocupados no ramo de serviços.

O destaque foi o setor de transporte, armazenagem e comunicação, pois apresentou a maior taxa de crescimento, ficando ao redor de 5,1% ao ano. Todavia, a participação relativa deste setor na PEA ocupada total permanece pouco expressiva.

O ramo da administração pública apresentou um aumento na sua participação relativa de apenas um ponto percentual sobre a PEA catarinense, mesmo tendo uma taxa média de crescimento de 4,3% ao ano durante o período considerado.

### **III – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças mais gerais no processo produtivo brasileiro também produziram reflexos sobre a estrutura do mercado de trabalho catarinense, principalmente em relação à composição dos empregos e do perfil dos trabalhadores empregados. Assim, a nova configuração do mercado de trabalho catarinense, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, também reflete o processo maior em curso no país e globalmente em termos do mundo do trabalho.

De uma maneira geral, este movimento pode ser observado no comportamento geral da PEA ocupada. Enquanto a PEA brasileira cresceu a uma taxa de 2,2% ao ano, a PEA catarinense cresceu a 1,9% ao ano. Todavia, deve-se registrar que o nível de ocupação da PEA catarinense é maior que da brasileira, situando-se na faixa de 96%.

Observando o comportamento da PEA ocupada por situação e domicílio, notou-se que a PEA urbana cresceu a uma taxa de 2,6% ao ano, enquanto que a PEA rural apresentou taxas negativas da ordem de 0,9% ao ano. Com isso, o peso desta última na PEA total caiu consideravelmente.

Do ponto de vista de gênero, no caso da PEA ocupada urbana verifica-se que as mulheres cresceram a uma taxa de 2,9% ao ano, enquanto a taxa de crescimento dos homens foi de 2,3%. Com isso, as mulheres aumentaram sua participação na PEA total para 44%, o que significou uma forte presença feminina no mercado de trabalho catarinense. Mas o que



mais chamou atenção no quesito gênero foi a redução de 1,2% ao ano da participação das mulheres na PEA rural, fato que comprova, em parte, o processo de masculinização do trabalho rural já apontado por diversos autores.

Já os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Assim, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto apresentou tendência de queda no estado, podendo-se afirmar que em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011. Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas e os empregados com carteira assinada tiveram um aumento de sua participação no total de empregados no Estado.

Mesmo com esta maior formalização do mercado de trabalho catarinense ao longo do período considerado, o percentual de pessoas que trabalha por conta própria ainda é expressivo. Os empregados domésticos, por exemplo, em sua grande maioria ainda permanecem sem qualquer tipo de proteção.

A dinâmica da PEA catarinense por ramos de atividades mostra uma tendência muito similar àquela encontrada no conjunto do país, ou seja, uma redução cada vez maior das atividades primárias e secundárias e, conseqüentemente, uma concentração da PEA total no setor terciário da economia.

A participação da agricultura na PEA ocupada total teve uma redução de 4,2% ao ano, fazendo com que ao final do período considerado este ramo de atividade representava apenas 12% da PEA total. Já a indústria de transformação, mesmo apresentando taxa de crescimento anual de 1,9%, ao final do período manteve seu percentual de participação na PEA total ao redor de 21%.

Com isso, conformou-se um cenário em que mais de 60% da PEA catarinense no ano de 2011 encontrava-se ocupada no setor terciário da economia, com destaque para as atividades de comércio e reparação, educação, saúde e administração pública. No geral, pode-se dizer que são também estes setores, com destaque para o comércio, que absorveram a maior parte dos trabalhadores advindos de outros setores, especialmente do setor primário e de alguns setores específicos do setor secundário da economia.

Em síntese, as informações anteriores conformam um quadro muito similar ao do conjunto do país, cuja tendência é uma concentração do emprego cada vez maior no setor terciário da economia, em especial os setores de prestação e serviços gerais e pessoais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil.** Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho:** um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.** Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade.** 2006a. cap. 7. p. 401. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7\\_politicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf)>.

MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI.** 2012.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP.** n.188, 2011, p. 22.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos.** São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.